

Demonstrações Financeiras em 31 de Dezembro de 2019

Relatório da Administração

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às determinações legais e estatutárias, a Administração da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. submete à apreciação de V.Sas. as Demonstrações Financeiras referentes ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2019, acompanhadas do Relatório dos Auditores Independentes e do Conselho Fiscal, bem como do Relatório do Comitê de Auditoria.

Cenário Econômico e o Mercado de Previdência

O ano de 2019 foi marcado por um nível elevado de incertezas na economia mundial, que gerou perspectivas mais modestas de crescimento global.

O Brasil também foi afetado, em especial com relação ao comércio internacional, embora tenha se observado uma melhora de expectativas ao longo do segundo semestre, com a aprovação da reforma da Previdência, inflação sob controle e flexibilização monetária.

O impulso dado por taxas de juros baixas, como também a injeção dos recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS) começou a impulsionar a economia ao final de 2019, com resultados melhores no crédito, comércio, serviços e indústria, com destaque para a aceleração do setor imobiliário, importante segmento para a reativação do emprego, em especial aqueles com carteira assinada.

Assim, parece estar se materializando para 2020 uma aceleração do Produto Interno Bruto (PIB), embora ainda modesta.

De acordo com os dados do relatório da Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (Fenaprev) de dezembro de 2019, o crescimento do mercado de previdência aberta em arrecadação total foi de 15,8% ante ao mesmo período de 2018 (R\$ 111,5 bilhões), totalizando R\$ 129,1 bilhões. Esse volume foi alcançado pela modalidade de produto Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL), na qual a arrecadação atingiu o volume de R\$ 114,8 bilhões, acréscimo de 17,8% quando comparado ao exercício passado (R\$ 97,5 bilhões). Em paralelo, a modalidade Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) arrecadou R\$ 10,7 bilhões, crescendo 10,1% em relação a 2018.

Em dezembro de 2019, as reservas da indústria na soma das modalidades de produto PGBL e VGBL totalizaram R\$ 909,8 bilhões, evolução de 13,7% ante ao mesmo período de 2018. Em reservas totais, incluindo o produto Tradicional, o resultado atingiu R\$ 958,3 bilhões, registrando um incremento de 13,2% se comparado a 2018.

A Brasilprev

"Transformar o jeito como o brasileiro prepara seu futuro" é por meio desse propósito que a Brasilprev, líder e especialista em previdência privada reafirma seu compromisso com os clientes e suas famílias de os auxiliarem na realização de seus projetos de vida.

A Companhia tem sede em São Paulo e conta com 26 anos de experiência. Possui como acionistas a BB Seguros Participações S.A., subsidiária integral da BB Seguridade Participações S.A., que é braço de seguros, capitalização e previdência privada do Banco do Brasil, e a PFG do Brasil Ltda., que compõe a Principal, uma das principais instituições financeiras dos Estados Unidos. A Brasilprev conta com as agências do BB como seu principal canal de distribuição de produtos.

Líder em ativos sob gestão, oferece planos de previdência privada para pessoas físicas e jurídicas, nas modalidades Plano Gerador de Benefício Livre (PGBL) e Vida Gerador de Benefício Livre (VGBL). Atualmente atende a mais de 2,17 milhões de clientes, onde 10,1% fazem parte da carteira de planos empresariais e 89,8% de planos individuais, destes 29,5% pertencem ao segmento de crianças e adolescentes.

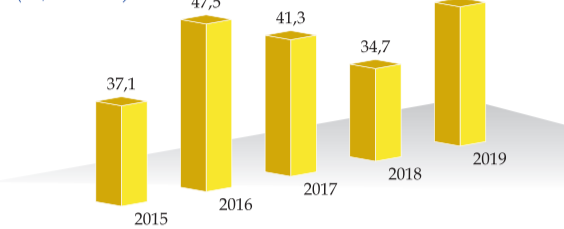
E, para atingir resultados sustentáveis, a empresa tem realizado a execução de suas estratégias com foco no protagonismo do mercado e na evolução do setor, colocando o cliente no centro de suas atenções, formando uma cultura inovadora para melhorar a experiência dos participantes e maximizar a eficiência nos processos operacionais. Exemplo disso é o processo de migração de todos os planos da Brasilprev para um único sistema. Esta iniciativa possibilitou uma gestão mais eficiente da carteira de clientes, de forma padronizada e unificada, essencial para sustentar o seu crescimento e oferecer uma melhor experiência para todos os participantes. No ano de 2019, foram migrados todos os planos individuais e pequenas empresas (aproximadamente 2,3 milhões de planos), um importante passo para o desenvolvimento de novos produtos e serviços.

Além disso, a Brasilprev é signatária de acordos voluntários com foco em investimentos responsáveis, o que reforça o seu comprometimento em ampliar seu olhar para os impactos no meio ambiente, no desenvolvimento social e na governança (ASG) nos investimentos que realiza. Dentre eles estão os Princípios para o Investimento Responsável (PRI, na sigla em inglês) e a Declaração sobre Títulos Verdes.

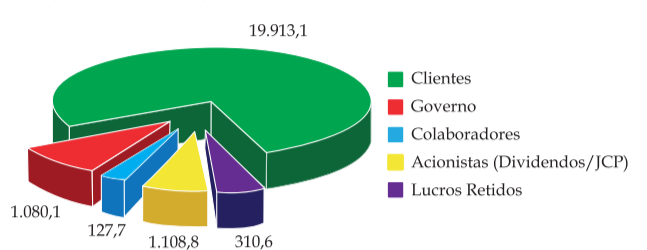
Abaixo alguns indicadores que comprovam o bom desempenho da empresa no acumulado de 2019, em comparação ao mesmo período de 2018:

- ✓ As receitas dos planos de previdência atingiram a marca de R\$ 42,2 bilhões, representando acréscimo de 21,3% frente a 2018, garantindo à empresa o primeiro lugar entre as seguradoras no ranking de arrecadação total.

Receitas Previdenciárias (R\$ Bilhões)



(Em R\$ Milhões)

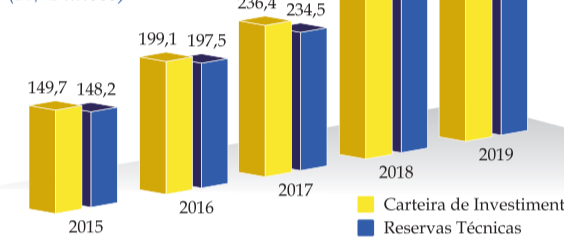


A carteira total de investimentos apresentou crescimento anual de 12,9%, totalizando R\$ 292,3 bilhões.

Em relação ao disposto na Circular SUSEP nº 517, de 30 de julho de 2015, a Brasilprev declara possuir capacidade financeira e intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria "Títulos mantidos até o vencimento".

- ✓ O saldo das reservas técnicas total evoluiu 12,9% em relação ao mesmo período de 2018, totalizando R\$ 289,8 bilhões. Quando se comparam os saldos das reservas técnicas com a carteira de investimentos, a disponibilidade da empresa supera em R\$ 2,5 bilhões a necessidade de recursos para a cobertura dos eventos de aposentadoria, invalidez, pensão e pecúlio contratados.

Carteira de Investimento e Reservas Técnicas (R\$ Bilhões)



O resultado ajustado antes dos impostos e participações foi de R\$ 2.276,4 milhões, um crescimento de 31,6% em relação ao resultado ajustado antes dos impostos e participações do mesmo período de 2018.

O lucro líquido ajustado acumulado atingiu R\$ 1.419,4 milhões, um crescimento de 43,5% frente ao lucro líquido ajustado apresentado no mesmo período de 2018, que foi de R\$ 989,2 milhões.

Conforme prevê o Estatuto Social da Companhia, as políticas, fixação do prazo de pagamento, bem como o efetivo pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio (desde que aplicadas as mesmas regras aplicáveis aos referidos dividendos intercalares ou intermediários), com base, em qualquer caso, nos lucros e reservas apurados nas demonstrações financeiras anuais, semestrais ou de periodicidade inferior, ou qualquer outra forma de distribuição ou remuneração, desde que assegurado aos acionistas um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido anual da empresa, ajustado na forma da Lei das S.A., é de competência do Conselho de Administração. No uso de suas competências e atribuições, o Conselho concedeu alçada do efetivo pagamento mensal dos dividendos intercalares e JCP à Diretoria Executiva, uma vez que semestralmente, juntamente com a aprovação das Demonstrações Financeiras, os valores pagos referentes ao semestre anterior são reportados a este Conselho.

A gestão dos negócios da Brasilprev, obtidos até dezembro de 2019, proporcionou a seguinte distribuição de resultados:

Prêmios e reconhecimentos

Dentre os principais prêmios e reconhecimentos da Brasilprev em 2019, estão:

- ✓ "Melhor Gestora Geral do Guia de Previdência Valor/FGV": a Brasilprev foi reconhecida como a melhor gestora Geral e a líder em mais 5 categorias na edição especial do Guia de Previdência Valor/FGV. Abaixo todas as categorias:
 - ▶ Melhor Gestora Geral
 - ▶ Melhor Gestora no período de 3 anos
 - ▶ Melhor Gestora no período de 7 anos
 - ▶ Melhor Gestora Previdência Data-Alvo
 - ▶ Melhor Gestora Previdência Renda Fixa
 - ▶ Melhor Megaseguradora
- ✓ "Melhores Empresas Para Trabalhar": pelo sétimo ano, a Brasilprev foi eleita pelos colaboradores como uma das melhores empresas para trabalhar. A informação foi publicada na revista Você S/A, edição especial "As 150 Melhores Empresas para Trabalhar" do Grupo Abril.
- ✓ "Campeões da Década": a Brasilprev foi uma das empresas reconhecidas no Campeões da Década, na categoria Previdência e Capitalização. O reconhecimento aos Campeões da Década compreende uma avaliação de ações, estratégias e compromissos analisados no escopo dos estudos referentes ao Prêmio Consumidor Moderno de Excelência em Serviços ao Cliente no período de 2010 a 2019.
- ✓ "Ranking Inovação Brasil": a Brasilprev foi listada como a quarta empresa mais inovadora do segmento de Seguros e Planos de Saúde no Anuário Inovação Brasil, realizado pelo Valor Econômico em parceria com a consultoria Strategy&.
- ✓ "As Empresas que Mais Respeitam o Consumidor": a companhia foi premiada na iniciativa, segundo pesquisa da Consumidor Moderno. Por meio de uma metodologia inovadora, com a coordenação técnica do Centro de Inteligência Padrão e em parceria com a SKS CX, foram ouvidas as percepções dos consumidores em relação às empresas com as quais mantiveram contato nos últimos meses, determinando, assim, as organizações que possuem uma relação de respeito com seus clientes.
- ✓ "Prêmio Ouvidorias Brasil": a Brasilprev foi reconhecida no Prêmio Ouvidorias Brasil 2019, a iniciativa é organizada pela Associação Brasileira das Relações Empresa Cliente (ABRAREC) em parceria com revista Consumidor Moderno. O reconhecimento é fruto do trabalho realizado junto a clientes, fornecedores, colaboradores e demais stakeholders.
- ✓ "Finanças Mais": o jornal O Estado de S.Paulo listou a Brasilprev como terceira colocada no segmento de Previdência no ranking "Finanças Mais". A iniciativa analisou os dados apresentados nas demonstrações financeiras publicadas pelas empresas.
- ✓ "Melhores Fornecedores para RH 2019": a companhia foi reconhecida pela editora Gestão e RH pelos serviços oferecidos no setor de "Benefícios - Previdência Privada".
- ✓ "Marcas de Quem Mais Decide de 2019": a Brasilprev foi premiada como líder em preferência de gestores de empresas e altos executivos de negócios do mercado gaúcho na categoria do segmento de Previdência Privada. A pesquisa, realizada pelo Jornal do Comércio e pela Qualidata, leva em consideração a opinião de executivos em cargos de direção, proprietários de empresas e profissionais liberais do Rio Grande do Sul.
- ✓ "Prêmio Segurador Brasil": a empresa foi vencedora na categoria "Destaque do Mercado em Previdência Privada" - Troféu "Empreendedor Brasil" na 16ª edição da iniciativa. A premiação, promovida pela Editora Brasil Notícias, reúne as principais lideranças e empresas dos setores de Seguros, Previdência, Capitalização e Saúde para reconhecer os melhores desempenhos do mercado segurador.

Agradecimentos

Agradecemos aos nossos clientes e acionistas pelo apoio e confiança que depositam em nossa administração, aos fornecedores pelo suporte fundamental que nos provém, à rede do Banco do Brasil pela dedicação na distribuição de nossos produtos, à Principal pelo constante apoio técnico, experiência e visão global dos negócios, e aos nossos colaboradores pelo indispensável comprometimento e empenho.

São Paulo, 07 de fevereiro de 2020.

BALANÇOS PATRIMONIAIS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

ATIVO	31.12.2019	31.12.2018	PASSIVO	31.12.2019	31.12.2018
Circulante	281.272.711	248.444.570	Circulante	33.163.847	32.338.382
Disponível (nota 3b)	3.474	3.050	Contas a pagar	686.536	542.457
Caixa e bancos	3.474	3.050	Obrigações a pagar	46.072	34.631
Aplicações (nota 5)	280.609.356	247.807.391	Impostos e encargos sociais a recolher (nota 9)	139.489	137.695
Créditos das operações com seguros e resseguros	4.716	2.756	Encargos trabalhistas	9.800	9.950
Prêmios a receber	4.716	2.756	Impostos e contribuições (nota 10)	491.175	360.181
Créditos das operações com previdência complementar	98	670	Débitos de operações com seguros e resseguros	10.438	5.145
Créditos de resseguros	98	670	Corretores de seguros e resseguros	10.438	5.145
Títulos e créditos a receber	78.451	62.586	Débitos de operações com previdência complementar	3.131	2.406
Títulos e créditos a receber	48.348	56.594	Débitos de resseguros	846	799
Créditos tributários e previdenciários (nota 17)	23.735	2.155	Outros débitos operacionais	2.285	1.607
Outros créditos	6.368	3.837	Depósitos de terceiros (nota 11)	22.348	115.075
Despesas antecipadas	5.031	5.335	Provisões técnicas - Seguros (nota 14)	27.353.976	26.324.932
Custos de aquisição diferidos (nota 14)	571.585	562.782	Vida com cobertura por sobrevivência	27.353.976	26.324.932
Seguros	549.645	541.574	Provisões técnicas - Previdência complementar (nota 14)	5.087.418	5.348.367
Previdência	21.940	21.208	Planos não bloqueados	5.087.418	5.348.367
Ativo não circulante	13.712.760	12.899.678	Passivo não circulante	258.537.424	226.130.268
Realizável a longo prazo	13.484.711	12.659.789	Provisões técnicas - Seguros (nota 14)	214.122.407	184.686.867
Aplicações (nota 5)	11.711.696	11.034.692	Vida com cobertura por sobrevivência	214.122.407	184.686.867
Títulos e créditos a receber	1.067.509	911.909	Provisões técnicas - Previdência complementar (nota 14)	43.247.512	40.405.712
Créditos tributários e previdenciários (nota 17)	4.336	15.336	Planos não bloqueados	43.247.512	40.405.712
Depósitos judiciais e fiscais (nota 15)	1.063.173	896.573	Outros débitos (nota 15)	1.167.505	1.037.689
Custos de aquisição diferidos (nota 14)	705.506	653.168	Provisões judiciais	1.167.505	1.037.689
Seguros	676.791	629.329	Patrimônio líquido (nota 12)	3.284.200	2.875.598
Previdência	28.715	23.859	Capital social	1.402.270	1.402.270
Investimentos	75	75	Aumento de capital (em aprovação)	16.399	-
Outros investimentos	75	75	Reservas de lucros	1.861.713	1.471.371
Imobilizado (nota 7)	25.873	29.723	Ajustes de avaliação patrimonial	3.818	1.957
Bens móveis	14.461	15.074	Total passivo e patrimônio líquido	294.985.471	261.344.248
Outras imobilizações	11.412	14.649			
Intangível (nota 8)	202.101	210.091			
Outros intangíveis	202.101	210.091			
Total ativo	294.985.471	261.344.248			

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais, exceto o valor por ação)

	Capital social	Aumento de capital em aprovação	Reserva de lucros Legal	Reserva de lucros Estatutária	Ajuste de títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2018	1.193.540	-	238.707	1.230.391	823	-	2.663.461
Aumento de capital em aprovação - AGO/E de 29/03/2018	-	208.730	-	(208.730)	-	-	-
Aumento de capital aprovado pela SUSEP através da Portaria SUSEP/DIORG nº 1110 de 24/10/2018	-	208.730	-	-	-	-	-
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	1.134	-	1.134
Dividendos pagos - AGO/E de 16/02/2018, Conselho de Administração (CA) de 22/02/2018, 28/03/2018, 24/04/2018, 24/05/2018, Reunião de Diretoria (RD) de 26/05/2018 e 25/07/2018 (R\$ 202,66 por ação)	-	-	-	(464.097)	-	-	(464.097)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	989.191	989.191
Juros sobre capital próprio pagos (R\$ 33,10 por ação)	-	-	-	-	-	(75.810)	(75.810)
Proposta para distribuição do lucro líquido:	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	41.746	-	-	(41.746)	-
Reserva estatutária	-	-	-	633.354	-	(633.354)	-
Dividendos pagos - RD 14/08/2018, 18/09/2018, 16/10/2018, 13/11/2018 e 18/12/2018 (R\$ 104,05 por ação)	-	-	-	-	-	(238.281)	(238.281)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	1.402.270	-	280.453	1.190.918	1.957	-	2.875.598
Saldo em 1º de janeiro de 2019	1.402.270	-	280.453	1.190.918	1.957	-	2.875.598
Aumento de capital em aprovação - AGO/E de 29/03/2019	-	16.399	-	(16.399)	-	-	-
Ajuste a valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda	-	-	-	-	1.861	-	1.861
Dividendos pagos - RD de 15/01/2019, 19/02/2019, 19/03/2019, 16/04/2019, 14/05/2019, 18/06/2019 e 16/07/2019 (R\$ 236,15 por ação)	-	-	-	(540.798)	-	-	(540.798)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	1.419.429	1.419.429
Juros sobre capital próprio pagos (R\$ 32,39 por ação)	-	-	-	-	-	(74.178)	(74.178)
Proposta para distribuição do lucro líquido:	-	-	-	-	-	-	-
Reserva legal	-	-	947.539	-	-	(947.539)	-
Reserva estatutária	-	-	-	947.539	-	-	-
Dividendos pagos - RD 13/08/2019, 10/09/2019, 08/10/2019, 19/11/2019 e 18/12/2019 (R\$ 173,67 por ação)	-	-	-	-	-	(397.712)	(397.712)
Saldo em 31 de dezembro de 2019	1.402.270	16.399	280.453	1.581.260	3.818	-	3.284.200

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

1 Contexto operacional

A Brasilprev Seguros e Previdência S.A. (doravante denominada por "Brasilprev" ou "Companhia") é uma empresa autorizada pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) a operar com seguros de vida com cobertura de sobrevivência e planos de benefícios de caráter previdenciário em todo território nacional. A Companhia é uma associação com gestão compartilhada entre o Grupo Banco do Brasil (49,99% das ações ordinárias e 100% das ações preferenciais) e o Principal Financial Group (50,01% das ações ordinárias). A Companhia, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - CNPJ sob nº 27.665.207/0001-31, tem sede na Rua Alexandre Dumas, nº 1.671 - Chácara Santo Antônio - São Paulo, SP - Brasil. A emissão dessas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 07 de fevereiro de 2020.

2 Apresentação e elaboração das demonstrações financeiras

a) **Declaração de conformidade**
Em consonância à Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações, as demonstrações financeiras foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, incluindo os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) quando referendadas pela SUSEP. As demonstrações financeiras estão apresentadas em conformidade com os modelos de publicação estabelecidos pela referida Circular. As referidas demonstrações foram preparadas no pressuposto da continuidade dos negócios em curso normal e compreendem o balanço patrimonial, as demonstrações de resultado, do resultado abrangente, da mutação do patrimônio líquido e do fluxo de caixa e as respectivas notas explicativas.

b) Moeda funcional e de apresentação

A moeda funcional da Companhia é o Real (R\$). Essa é a moeda do ambiente econômico em que a Companhia opera.

c) Base para mensuração

Os valores contidos nas demonstrações financeiras são expressos em Reais (R\$), arredondados em milhares, exceto quando indicado de outra forma, e foram elaborados de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção dos ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.

d) Circulante e não circulante

Mensalmente a Companhia efetua a revisão dos valores inscritos no ativo e no passivo circulante, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cujos vencimentos ultrapassarem o prazo de 12 (doze) meses subsequentes à respectiva data-base. Os ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores inscritos no ativo/passivo circulante. As Provisões Técnicas foram segregadas entre circulante e não circulante de acordo com os critérios indicados na nota 3j.

3 Principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados.

a) Apuração do resultado

É apurado pelo regime de competência, que no caso das receitas de planos previdenciários e seguros de vida com cobertura de sobrevivência, corresponde ao seu efetivo recebimento, tendo como contrapartida a constituição de provisões técnicas, exceto as receitas para cobertura de

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2019 e 2018

	31.12.2019	31.12.2018
Rendas de contribuições e prêmios	41.972.706	34.558.757
(-) Constituição da provisão de benefícios a conceder	(41.949.696)	(34.392.272)
(=) Recauda de contribuições e prêmios de VGBL	23.010	166.485
(*) Rendas com taxas de gestão e outras taxas	2.844.147	2.623.629
(-) Variação de outras provisões técnicas	(79.320)	(46.477)
(-) Benefícios retidos	62.543	(4.059)
(-) Custos de aquisição (nota 16a)	(672.080)	(648.428)
(-) Outras receitas e despesas operacionais (nota 16b)	(55.939)	(36.633)
(*) Contribuições para cobertura de riscos	184.860	188.495
(*) Variação das provisões técnicas de prêmios	(97)</	

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

riscos nos casos de planos de previdência conjuguados, as quais são registradas pelo período de vigência do respectivo risco, independentemente do seu recebimento. A receita de prêmios de seguros de riscos a decorrer é diferida pelo prazo de vigência das apólices de seguros, por meio da constituição da provisão de prêmios não ganhos, com base nos riscos vigentes.

As receitas com taxa de gestão são realizadas com os participantes, são calculadas às taxas estabelecidas contratualmente entre as partes e apropriadas ao resultado pelo regime de competência, obedecendo a data de fechamento do patrimônio líquido dos fundos. As receitas com taxa de carregamento negociadas com os participantes para os planos tradicionais são calculadas às taxas estabelecidas contratualmente e apropriadas ao resultado, obedecendo a data de ingresso ou saída do participante nos planos contratados.

b) Caixa e equivalentes
A Brasilprev define como caixa e equivalentes de caixa, as disponibilidades (que compreendem o caixa e contas correntes em bancos), considerados no balanço patrimonial na rubrica de "Disponível" e as aplicações financeiras resgatáveis no prazo de 90 dias entre a data de aquisição e de vencimento e com risco insignificante de mudança de seu valor de mercado e que não afetem a vinculação contratualmente garantida.

c) Aplicações e instrumentos financeiros
Os títulos e valores mobiliários são classificados de acordo com a finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos, determinada no reconhecimento inicial. As categorias são as seguintes:

i. Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado
Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do período.

ii. Títulos mantidos até o vencimento
Ativos financeiros são mantidos no momento da aquisição com esta classificação não são passíveis de negociação. Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante e não circulante da Companhia, de acordo com a maturidade do título e são avaliados pelo seu valor de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações financeiras, calculados com base na taxa efetiva de juros dos respectivos títulos. De acordo com a regulamentação aplicável, os títulos que compõem as carteiras dos fundos exclusivos são classificados nas categorias "mensurados ao valor justo por meio do resultado" ou "mantidos até o vencimento", segundo instruções emitidas pelo colista exclusivo ao Administrador dos fundos.

iii. Títulos disponíveis para venda
Ativos financeiros que não se enquadram em nenhuma das definições já citadas. Os instrumentos financeiros com esta classificação contábil são apresentados no ativo circulante e não circulante da Companhia, de acordo com a maturidade do título. Os ajustes decorrentes de variações do valor justo, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável, são contabilizados em contrapartida a conta destacada do patrimônio líquido, pelo valor líquido dos efeitos tributários, sendo transferidos para o resultado do período quando da efetiva realização, pela venda dos respectivos títulos e valores mobiliários.

IV. Empréstimos e Recebíveis
Os empréstimos e recebíveis são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos e determinados, que não são cotados em um mercado ativo, que não tenham sido designados como "disponíveis para venda" ou "a valor justo por meio do resultado" e são mensurados pelo valor justo. Compreendem os valores registrados nas rubricas "Créditos das operações com seguros e resseguros", "Créditos das operações com previdência complementar" e "Títulos e créditos a receber".

V. Instrumentos financeiros derivativos
Os ajustes diários, positivos ou negativos, dos derivativos são apropriados ao resultado e registrados, respectivamente, na rubrica "Receitas financeiras ou Despesas financeiras".

d) Análise do valor recuperável de ativos financeiros (impairment)
A Brasilprev avalia a cada data de publicação do balanço, se os ativos estão deteriorados ou "impaired", tomando por base se o emissor ou devedor possui histórico de perdas e inadimplência, se é provável que a contraparte entre em concordata ou falência, ou não esteja cumprindo com os termos contratuais. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em conta redutora do ativo correspondente. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado. Perdas de valor (redução ao valor recuperável) não são reversíveis para vendas de ativos reconhecidas pela reclassificação da perda cumulativa, que foi reconhecida em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido para o resultado. A perda cumulativa, que é reclassificada de outros resultados abrangentes para o resultado, é a diferença entre o custo de aquisição, líquido de qualquer reembolso e amortização de principal, e o valor justo atual, decrescido de qualquer redução por perda de valor recuperável previamente reconhecido no resultado.

e) Custos de aquisição diferidos
São compostos por montantes referentes a comissões e agenciamentos relativos à comercialização de planos previdenciários e seguros de vida com cobertura de sobrevivência. Esses montantes são diferidos por ocasião da emissão do contrato ou apólice e apropriados ao resultado, de forma linear, pelo prazo médio de expectativa de retorno do produto (36 ou 48 meses para planos de PGBL/VGBL e 12 meses para os planos tradicionais).

f) Imobilizado
Demonstrado pelo custo de aquisição, combinado com os seguintes aspectos:
Depreciação do imobilizado
• Bens móveis, equipamentos de informática e veículos: calculada pelo método linear, com base no custo histórico depreciado às seguintes taxas anuais: bens móveis - 10% e equipamentos de informática e veículos - 20%.
• Benefícios em imóveis de terceiros: calculada pelo método linear, com base no custo histórico e prazo em conformidade com a vigência do contrato de locação do imóvel.

g) Intangível
Licenças de software e desenvolvimento de sistemas (projetos) adquiridos, são capitalizados com base nos custos incorridos para adquirir os softwares e desenvolver projetos, e fazer com que eles estejam prontos para utilização. Esses custos são amortizados pelo método linear, durante o período de cinco anos.
O intangível com vida útil definida é amortizado pelo método linear por 5 anos para montante atribuído à carteira, considerando sua projeção, e de 21 anos para o montante derivado da potencialidade de comercialização de produtos de previdência da Brasilprev na rede de agências do Banco Nossa Caixa. Tais agências já foram incorporadas pelo Banco do Brasil.
O teste de impairment é realizado para a data-base de balanço anual com o objetivo de testar o valor total pago frente ao seu valor de recuperação.

h) Passivos circulante e não circulante
Representam os passivos financeiros, são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, incluindo, quando aplicável, os encargos e as variações monetárias (em bases "pro rata die") incorridas até a data-base das demonstrações financeiras.

i) Resseguro
A Brasilprev mantém contrato de resseguro com cobertura de catástrofe das carteiras de morte e invalidez com a RGA Global Reinsurance Company e Terra Brasilis RGA S.A., com 60% e 40% de participação do risco, respectivamente. E o contrato de excedente de responsabilidade das carteiras de morte e invalidez com a Munich Re do Brasil Resseguradora S.A. Os percentuais ressegurados em relação ao total das carteiras são, respectivamente, 2,85% e 4,53%. A Munich Re e a Terra Brasilis estão classificadas como resseguradora local e a RGA como resseguradora local e apresentam rating AA-, bA+ e AA-, respectivamente.

j) Provisões técnicas
As provisões técnicas foram calculadas de acordo com as notas técnicas atuariais e normas estabelecidas pelo CNSP e SUSEP.
As provisões matemáticas relacionadas a planos de previdência representam o valor das obrigações sob a forma de renda por sobrevivência, renda por invalidez, pensão e pecúlio, determinadas mediante cálculos e premissas atuariais, efetuados de acordo com Notas Técnicas Atuariais e com a regulamentação vigente (Resolução CNSP nº 321/2015 e alterações e Circular SUSEP nº 517/2015 e alterações), nos regimes financeiros de capitalização, repartição de capitais de cobertura e repartição simples, respectivamente. A provisão matemática de benefícios a conceder (PMBaC) refere-se aos participantes cuja percepção dos benefícios ainda não foram iniciados e a provisão matemática de benefícios concedidos (PMB) refere-se a aqueles já em gozo de benefícios.
Particularmente para os planos de previdência e seguros das modalidades PGBL e VGBL, a provisão matemática de benefícios a conceder representa o montante dos prêmios e contribuições aportados pelos participantes, líquido da taxa de carregamento e gestão, acrescido dos rendimentos financeiros auferidos na aplicação dos recursos e deduzidos dos resgates e portabilidades realizados.
Para os planos tradicionais, a provisão matemática de benefícios a conceder representa o montante das contribuições aportadas pelos participantes, líquido da taxa de carregamento, acrescido de juros e correção monetária garantidos conforme contrato e deduzidos dos resgates e portabilidades realizados. A provisão de prêmios não ganhos (PPNG), é calculada "pro rata die" em função dos riscos vigentes, bruta de resseguro e carregamento.
A provisão de sinistros a liquidar (PFL), é constituída pelo total dos sinistros e benefícios já avisados e ainda não pagos aos clientes e a taxa de balanço.
A provisão de sinistros ocorridos e não avisados (IBNR), é constituída com base na observação do comportamento histórico dos avisos de sinistros dos últimos 60 meses sendo bruta de resseguro, conforme metodologia arquivada na SUSEP.
A provisão complementar de cobertura (PCC) é constituída quando for constatada insuficiência das provisões técnicas do Passivo em relação ao Teste de Adequação do Passivo, descrito na nota 3k.

A provisão de despesas relacionadas (PDR), é constituída para o custeio das despesas referentes ao pagamento de benefícios tanto dos participantes já em fase de concessão de benefícios quanto daqueles que atingirão esta condição.
A provisão de resgates e outros valores a regularizar (PVR) corresponde aos valores a serem regularizados junto aos clientes e resgatados principalmente a resgates e benefícios.
A classificação do passivo em circulante e não circulante segue critérios diferentes de acordo com a finalidade de cada provisão. A provisão de benefícios a conceder segue a expectativa de fluxos de resgates e conversão de recursos em renda. A provisão de benefícios concedidos segue a expectativa de pagamento de benefício aos assistidos. A provisão de excedente financeiro é constituída para suprir o aumento do custo de aquisição de novos contratos de seguro permitidos segundo o CPC 11 e a referida Circular, deduzidos dos ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros.

Para a realização do teste, os contratos são agrupados com base nos riscos similares ou quando o risco de seguro é gerenciado em conjunto pela Administração.
A metodologia utilizada considera as melhores estimativas correntes dos fluxos de caixa de todos os riscos assumidos até a presente data-base sendo brutos de resseguro, segregados em fluxos de prêmios e contribuições registradas e futuras, com as seguintes premissas:
• Prêmios e contribuições futuras, conversão em renda, resgates, despesas com pagamentos de benefícios futuros e cancelamentos baseados nas melhores práticas e análise da experiência histórica da Companhia com períodos máximo de 5 anos conforme o estipulado no § 3º do artigo 47 da Circular SUSEP nº 543/2016, e
• Mortalidade e sobrevivência conforme o estipulado na Circular SUSEP nº 517/2015, pelas tábuas biométricas BR-EMS (construídas com a experiência do mercado segurador brasileiro), incrementadas pela melhoria contínua da expectativa de vida.
Os fluxos de caixa projetados são trazidos a valor presente segundo a Estrutura a Termo das Taxas de Juros - ETJ alternativa de extrapolação denominada "Ultimate Forward Rate - UFR", aprovada pela SUSEP, conforme as respectivas garantias oferecidas nos contratos e UFR, e para a identificação de possíveis insuficiências são comparados com os valores contábeis dos passivos e ativos intangíveis.
O teste de adequação de passivo realizado para a data-base de 31 de dezembro de 2019 apresentou insuficiência total no montante de R\$ 2.824 milhões. A insuficiência aumentou em R\$ 1.009 milhões quando comparada com dezembro de 2018, o principal componente desse aumento foi a variação da ETJ. A insuficiência foi integralmente compensada, conforme estipulado no § 2º do artigo 52 da Circular SUSEP nº 543 de 2016, pela diferença entre o valor justo e o valor contábil dos ativos classificados como "mantidos até o vencimento", utilizados na cobertura dos respectivos passivos. Esta diferença aumentou por conta do aumento da curva de taxas de juros futuro, R\$ 1.710 milhões em relação a dezembro de 2018.
Conforme Ofício Circular Eletrônico nº 4/2019/SUSEP/DIRA/CGMOP, a metodologia de Estrutura a Termo das Taxas de Juros - ETJ será revista pela SUSEP durante o ano de 2020, incluindo especialmente revisão na metodologia de extrapolação ("Ultimate Forward Rate" UFR) e revisão da curva de I-GVM (diante da baixa liquidez dos ativos disponíveis). O intuito da revisão dessa metodologia será definir uma única metodologia de ETJ para ser utilizada por todo o mercado supervisionado. Até que seja concluída a avaliação, a SUSEP determinou a divulgação do impacto quantitativo no Patrimônio Líquido e no Resultado da Companhia, caso fosse utilizada a ETJ definida pela SUSEP. Assim sendo, haveria necessidade de constituição adicional de R\$ 1 milhão na Provisão de Despesas Relacionadas - PDR e consequente impacto no Patrimônio Líquido e no Resultado da Companhia de R\$ 600 mil.

l) Contingências ativas e passivas
As contingências passivas são objeto de avaliação individualizada, efetuada pela assessoria jurídica da Companhia, com relação às probabilidades de perda. Estas são provisionadas quando mensuráveis. Os detalhes relativos aos principais processos judiciais estão descritos na nota explicativa nº 15. Eventuais contingências ativas não são reconhecidas até que sua realização de ganho seja considerada certa.
m) Redução do valor recuperável de ativos não financeiros - (Impairment)
É reconhecida uma perda por impairment se o valor contabilizado de um ativo ou de sua unidade geradora de caixa exceder seu valor recuperável. Uma unidade geradora de caixa é o menor grupo identificável de ativos que gera fluxos de caixa substancialmente independentes de outros ativos do grupo. Perdas por impairment são reconhecidas no resultado do período.
De acordo com a política da Companhia, o teste de impairment é realizado anualmente considerando:
(i) Carteira de clientes que possuam planos de previdência na antiga Mapfre Nossa Caixa Vida e Previdência (já amortizado);
(ii) Exploração dos pontos de venda, representadas pelas agências do antigo Banco Nossa Caixa, nas quais são comercializados planos de previdência da Brasilprev.
O resultado do teste realizado em dezembro de 2019 não indicou evidências de perda por impairment.

n) Imposto de renda e contribuição social
Sobre o lucro do exercício, ajustado nos termos previstos na legislação fiscal, incide o imposto de renda e contribuição social de 15% sobre a parcela do lucro tributável do ano excedente a R\$ 240, e a contribuição social à alíquota de 20% conforme Lei nº 13.169/2015 e

Instrução Normativa nº 1.591/2015 até 31 de dezembro de 2018 e à alíquota de 15% para o ano-calandário de 2019, com a revogação da referida Lei. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado, a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido. O imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro tributável do exercício, calculado com base nas alíquotas vigentes na data de balanço e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de recolhimento (impostos correntes). Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizadas, quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados. Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e estejam relacionados a imposto de renda e contribuição social lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.
Ativos de imposto de renda e contribuição social diferidos são revisados a cada data de balanço e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja provável.

o) Classificação dos contratos de seguros
A Companhia classifica os contratos emitidos com contratos de seguro quando os contratos transferem risco significativo de seguro. Como guia geral, define-se risco significativo de seguro como a possibilidade de pagar benefícios adicionais significativos ao seguro na ocorrência de um acontecimento futuro incerto específico que possa afetá-lo de forma adversa.
p) Novas normas e interpretações ainda não efetivas
Uma série de novas normas ou alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados em e após 1º de janeiro de 2020 e algumas ainda não aprovadas pela SUSEP.

i. CPC 48 - Instrumentos financeiros (IFRS 9)
Substitui as orientações existentes no CPC 38/IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, incluindo, novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros do CPC 38. O CPC 48/IFRS 9 entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, todavia as alterações ao IFRS 4, emitidas em setembro de 2016, pelo IASB, permitem para as entidades que atendam determinados critérios, a opção de isenção temporária ao IFRS 9/CPC 48, de forma que a entidade mantenha a aplicação do IAS 39/CPC 38 para os períodos anuais até antes de 1º de janeiro de 2021. Tal tratativa foi divulgada pelo CPC por meio do Pronunciamento Revisão CPC nº 12 emitida em 21 de dezembro de 2017. A Administração concluiu que, suas atividades estão predominantemente

relacionadas com seguro considerando a data das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2015 e o conceito de predominância, tal como requerido pelas normas citadas no parágrafo anterior. Durante os períodos de 2016 e 2017, essa predominância em atividades de seguros foi mantida, e, em decorrência, os critérios de elegibilidade da isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 foram cumpridos. Diante disso, a Companhia optou por aplicar a isenção temporária do IFRS 9/CPC 48 e continuará a aplicar o IAS 39/CPC 38 até a data efetiva do IFRS 17.

ii. IFRS 17 - Contratos de seguros
O IFRS 17 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo do IFRS 17 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações contábeis avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia.
O IFRS 17 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2022. Os normativos, CPC 48 (IFRS 9) e IFRS 17, serão aplicáveis quando referendados pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e, portanto, a Administração concluiu sua avaliação até a data da entrada em vigor das normas.

4 Principais julgamentos, estimativas e premissas contábeis
Uso de estimativa e julgamento
Na preparação destas demonstrações financeiras de acordo com as normas do CPC, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados não podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras, bem como as informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício findo em 31 de dezembro de 2019, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:
• Nota 4 - Aplicações;
• Nota 14 - Provisões técnicas e custos de aquisição diferidos;
• Nota 15 - Provisões judiciais; e
• Nota 17 - Créditos tributários e previdenciários.

	31.12.2019				31.12.2018			
	Valor de custo atualizado	Valor justo	Ajuste a valor justo	%	Valor de custo atualizado	Valor justo	Ajuste a valor justo	%
Fundos de Investimento Exclusivos - FIF	274.638.082	280.609.356	5.971.274	95,99	242.764.937	247.807.391	5.042.454	95,71
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	18.180	16.663	(1.517)	0,01	19.998	17.622	(2.376)	0,01
Contratos DI Futuro	916	916	-	-	49	49	-	-
Debêntures	-	-	-	-	6.235	6.309	74	-
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	80.655	81.533	878	0,03	82.007	82.749	742	0,03
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	516.818	516.507	(311)	0,18	438.126	437.963	(163)	0,17
Letras Hipotecárias (LH)	48.712	52.881	4.169	0,02	46.711	50.708	3.997	0,02
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	727.716	794.077	66.361	0,27	343.029	361.642	18.613	0,14
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	166.597	169.189	2.592	0,06	-	-	-	-
Operação Compromissada	1.081.401	1.081.401	-	0,37	1.361.738	1.361.738	-	0,53
Contratos IPCA Futuro	(37)	(37)	-	-	-	-	-	-
Opção Venda	415	415	-	-	-	-	-	-
Cotas de FDIC	-	-	-	-	5.000	681	(4.319)	-
Outros (*)	(12.332)	(12.332)	-	-	(11.127)	(11.127)	-	-
FIFES vinculados a PGBL e VGBL	271.643.238	277.505.365	5.862.127	94,91	240.245.311	245.273.884	5.028.573	94,73
Apções (**)	5.384.123	5.384.123	-	1,84	2.235.325	2.235.325	-	0,86
Cotas de Fundos	546.845	546.845	-	0,19	95.775	95.775	-	0,04
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	1.929	1.877	(52)	0,03	2.648	2.591	(57)	-
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	86.918	86.970	52	0,03	165.362	165.445	83	0,06
Contratos DI Futuro	5.114	5.114	-	-	(39.379)	(39.379)	-	(0,02)
Contratos Futuros de Ibovespa	(5.989)	(5.989)	-	-	11.652	11.652	-	-
Debêntures	3.908.405	3.885.088	(22.785)	1,33	3.425.400	3.314.308	(109.092)	1,28
Opção de Índice Bovespa	928	928	-	-	-	-	-	-
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	8.558.301	8.845.504	287.203	3,03	38.128.928	39.803.888	1.674.960	15,37
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	132.336.540	132.345.623	9.085	45,26	105.055.941	105.057.017	1.076	40,59
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	53.052.415	55.586.989	2.534.574	19,01	38.213.562	38.973.685	760.123	15,05
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	13.720.918	13.720.918	-	-	39.494.537	39.494.537	-	13,96
Operação Compromissada	24.982.491	24.982.491	-	8,54	7.106.947	7.106.947	-	2,75
Cotas de FDIC	573.108	603.331	30.223	0,21	163.457	127.301	(36.156)	0,05
Nota Promissória (NP)	71.724	71.933	209	0,02	67.021	67.626	605	0,03
Letra Financeira (LF)	13.604.096	13.617.784	7.688	4,66	12.164.409	12.250.196	86.147	4,73
Letra Comercial (LC)	1.777	1.777	-	-	374	374	-	-
Contratos IPCA Futuro	(103)	(103)	-	-	-	-	-	-
Opção de Compra	(9.502)	(9.502)	-	-	(498)	(498)	-	-
Outros (*)	(120.668)	(120.668)	-	(0,04)	(43.814)	(43.814)	-	(0,02)
Carteira Própria	366.003	402.778	36.775	0,14	227.860	225.173	(2.687)	0,08
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	60.298	57.047	(3.251)	0,02	63.784	59.880	(4.704)	0,02
Letras Hipotecárias (LH)	173.083	173.083	-	-	164.076	168.093	2.017	0,06
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	139.312	172.643	33.331	0,06	-	-	-	-
Disponível para venda	44.321	50.685	6.364	0,02	44.961	48.224	3.263	0,02
Carteira Própria	44.321	50.685	6.364	0,02	44.961	48.224	3.263	0,02
Debêntures	44.321	50.685	6.364	0,02	44.961	48.224	3.263	0,02
Mantidos até o vencimento (***)	11.618.041	11.729.829	110.408,89	0,99	11.048.668	11.428.837	380.169	4,27
Fundos de Investimento Exclusivos - FIF	6.511.802	9.743.298	3.231.496	2,23	6.183.491	8.115.500	1.932.009	2,39
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	26.243	27.928	1.685	0,01	23.978	24.885	907	0,01
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	2.765.770	4.487.646	1.721.876	9,95	2.659.039	3.500.315	841.276	1,03
Nota do Tesouro Nacional (NTN-C)	3.662.642	5.166.134	1.503.492	1,25	3.444.757	4.528.998	1.084.241	1,32
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	57.303	57.303	-	-	61.502	61.502	-	-
Carteira Própria	5.149.209	7.536.284	2.387.075	1,76	4.862.977	6.314.137	1.451.160	1,88
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	2.311.345	3.395.879	1.084.534	0,79	2.224.969	2.656.661	431.692	0,86
Nota do Tesouro Nacional (NTN-C)	2.837.864	4.140.405	1.302.541	0,97	2.638.008	3.657.476	1.019.468	1,02
Total das Aplicações	286.343.414	297.939.623	11.596.209	100,00	253.856.366			

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)

do Tesouro Nacional e as Notas do Tesouro Nacional (série F) ou sintetizar o comportamento de um título pré-fixado sem cupom. Os contratos futuros de Ibovespa são utilizados para refletir a variação de preço do Índice Bovespa. Os contratos do Dólar Futuro, buscam o *hedge* da porção investida em fundos com variação cambial. Nos contratos futuros de cupom de IPCA, buscamos minimizar os efeitos da variação dos preços dos instrumentos financeiros, principalmente as Notas do Tesouro Nacional (série B) ou sintetizar o comportamento de um título pós-fixado indexado ao IPCA sem cupom. Por fim, utilizamos o lançamento coberto de opções para minimizar os efeitos da variação do papel e garantir uma taxa de retorno no caso do exercício da opção. Os preços dos instrumentos derivativos são calculados diariamente e divulgados pela S.A. - Brasil Bolsa e Balcão. Adicionalmente, é realizado o ajuste diário das posições sensibilizando as quotas dos fundos de investimentos. Todas as operações são negociadas e registradas no sistema de custódia daquela instituição.

Estimativa de valor justo

Para mensurar o valor justo de um ativo ou um passivo, a Companhia utiliza dados observáveis de mercado, tanto quanto possível. Os valores justos são classificados em diferentes níveis em uma hierarquia baseada nas informações (*inputs*) utilizadas nas técnicas de avaliação da seguinte forma: Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos. Nível 2: *inputs*, exceto os preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo (diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços)). Nível 3: *inputs*, para o ativo ou passivo, que não são baseados em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

A tabela a seguir demonstra a mensuração do valor justo por níveis:

	31.12.2019			31.12.2018			
	Nível 1	Nível 2	Nível 3	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Valor justo por meio do resultado	236.740.601	43.907.323	94.432	280.669.356	223.293.669	24.668.663	247.807.391
Fundos de Investimento							
Exclusivos - FIF	1.562.600	1.150.945	-	2.701.213	883.084	1.436.377	2.308.334
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	16.663	-	16.663	-	17.622	17.622
Contratos DI Futuro	916	-	-	916	49	-	49
Debêntures	-	-	-	-	-	6.309	6.309
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	81.533	-	-	81.533	82.749	-	82.749
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	516.507	-	-	516.507	437.963	-	437.963
Letras Hipotecárias (LH)	-	52.881	-	52.881	-	50.708	50.708
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	794.077	-	-	794.077	361.642	-	361.642
Contratos IPCA Futuro	(37)	-	-	(37)	-	-	-
Opção de Venda Futuro	415	-	-	415	-	-	-
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	169.189	-	-	169.189	-	-	-
Operação Compromissada	-	1.081.401	-	1.081.401	-	-	-
Cotas de FIDC	-	-	-	-	681	-	681
Outros (*)	-	-	-	-	(12.332)	-	(11.127)
FIFES exclusivos a PGBL e VGBL	235.005.358	42.526.243	94.432	277.505.365	222.410.585	22.907.113	245.273.884
Ativos (*)	5.384.123	-	-	5.384.123	2.235.325	-	2.235.325
Cotas de Fundos	546.645	-	-	546.645	95.775	-	95.775
Certificado de Depósito Bancário (CDB)	-	86.970	-	86.970	-	165.445	165.445
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	1.877	-	1.877	-	2.591	2.591
Contratos DI Futuro	5.114	-	-	5.114	(39.379)	-	(39.379)
Contratos Futuros de Ibovespa	(5.989)	-	-	(5.989)	11.652	-	11.652
Debêntures	-	3.791.188	94.432	3.885.620	-	3.314.308	3.314.308
Opção de Índice Bovespa	928	-	-	928	-	-	-
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	8.845.504	-	-	8.845.504	39.803.888	-	39.803.888
Letra Financeira do Tesouro (LFT)	132.345.623	-	-	132.345.623	105.057.017	-	105.057.017
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	55.586.989	-	-	55.586.989	38.973.685	-	38.973.685
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	31.700.918	-	-	31.700.918	36.145.421	-	36.145.421
Operação Compromissada	-	24.962.491	-	24.962.491	-	7.106.947	7.106.947
Cotas de FIDC	603.331	-	-	603.331	127.301	-	127.301
Nota Promissória (NP)	-	71.933	-	71.933	-	67.626	67.626
Letra Financeira (LFT)	-	13.611.784	-	13.611.784	-	12.250.196	12.250.196
Dólar Comercial Futuro	1.777	-	-	1.777	374	-	374
Contratos IPCA Futuro	(103)	-	-	(103)	24	-	24
Opção de Compra	(9.502)	-	-	(9.502)	(498)	-	(498)
Outros (*)	-	-	-	-	(120.668)	-	(43.814)
Carteira Própria	172.643	230.135	-	402.778	-	225.173	225.173
Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)	-	57.047	-	57.047	-	59.080	59.080
Letras Hipotecárias (LH)	-	173.088	-	173.088	-	166.093	166.093
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	172.643	-	-	172.643	-	-	-
Disponível para venda	-	50.685	-	50.685	-	48.224	48.224
Carteira Própria	-	50.685	-	50.685	-	48.224	48.224
Debêntures	-	50.685	-	50.685	-	48.224	48.224
Mantidos até o vencimento	17.279.582	-	-	17.279.582	14.429.637	-	14.429.637
Fundos de Investimento							
Exclusivos - FIF	9.743.298	-	-	9.743.298	8.115.500	-	8.115.500
Letra do Tesouro Nacional (LTN)	27.928	-	-	27.928	24.885	-	24.885
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	4.487.646	-	-	4.487.646	3.500.315	-	3.500.315
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	5.166.134	-	-	5.166.134	4.528.998	-	4.528.998
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	61.590	-	-	61.590	61.302	-	61.302
Carteira Própria	7.536.284	-	-	7.536.284	6.314.137	-	6.314.137
Nota do Tesouro Nacional (NTN-B)	3.395.879	-	-	3.395.879	2.656.661	-	2.656.661
Nota do Tesouro Nacional (NTN-F)	4.140.405	-	-	4.140.405	3.657.476	-	3.657.476
Total Aplicações	254.020.183	43.958.089	94.432	297.938.523	237.723.308	24.616.887	262.285.525

(*) Representam caixa, valores a receber e a pagar dos fundos de investimentos, para os quais a classificação por nível não é aplicável.

(**) As ações estão representadas pelo valor justo

Taxas médias contratadas

As taxas médias contratadas das aplicações, por indexador, são as seguintes: IPCA + 3,78%; PRÉ 10,09%; 100% da SELIC; IGP+ + 9,11%; CDI + 0,96%; e 104,19% do CDI.

6 Cobertura das provisões técnicas

Os títulos mobiliários são escriturais e o controle de sua propriedade é exercido por meio do Sistema Especial de Liquidação e de Custódia (SELIC), pela B3 S.A. - Brasil Bolsa e Balcão ou por instituições financeiras credenciadas, e vinculados à cobertura das provisões técnicas de acordo com os limites de diversificação e regras de direcionamento estabelecidas pelo Conselho Monetário Nacional (CMN) através da Resolução nº 4.444 de 13 de novembro de 2016 e alterações.

	31.12.2019	31.12.2018
Provisões Técnicas	289.811.313	256.765.878
Insuficiência do TAP (nota explicativa 3k - ETTJ Alternativa)	2.624.247	1.614.901
Total a ser coberto	292.435.560	258.380.779
Ativos Garantidores ¹	297.938.623	262.203.658
Suficiência	5.504.063	3.822.879

Para efeito de cobertura de provisões técnicas, os ativos financeiros são considerados pelo seu valor de mercado.

7 Ativo Intangível

31.12.2019	Equipamentos de telecomunicações e informáticos		Móveis, máquinas e utensílios		Beneficiárias em imóveis de terceiros		Total
	25.301	9.040	9.040	28.666	63.007	63.007	
Custo	25.301	9.040	9.040	28.666	63.007	63.007	63.007
Depreciação acumulada	(14.855)	(4.412)	(4.412)	(14.017)	(33.284)	(33.284)	(33.284)
Saldo 01/01/2019 líquido	10.446	4.628	4.628	14.649	29.723	29.723	29.723
Adições	2.907	1.134	1.134	4.772	5.943	5.943	5.943
Baixas	(1.540)	(731)	(731)	(714)	(2.385)	(2.385)	(2.385)
Depreciações	(1.847)	(733)	(733)	(3.657)	(6.237)	(6.237)	(6.237)
Saldo 31/12/2019 líquido	9.066	4.495	4.495	11.412	25.974	25.974	25.974
Custo	26.668	9.640	9.640	29.087	65.395	65.395	65.395
Depreciação acumulada	(16.702)	(5.145)	(5.145)	(17.675)	(39.522)	(39.522)	(39.522)

31.12.2018	Equipamentos de telecomunicações e informáticos		Móveis, máquinas e utensílios		Beneficiárias em imóveis de terceiros		Total
	25.301	9.040	9.040	28.666	63.007	63.007	
Custo	25.301	9.040	9.040	28.666	63.007	63.007	63.007
Depreciação acumulada	(12.855)	(3.815)	(3.815)	(10.258)	(28.933)	(28.933)	(28.933)
Saldo 01/01/2018 líquido	12.446	5.225	5.225	18.408	34.074	34.074	34.074
Adições	4.841	638	638	595	6.074	6.074	6.074
Transferências	-	-	-	(1.493)	(1.493)	(1.493)	(1.493)
Baixas	(664)	(295)	(295)	(40)	(118)	(118)	(118)
Depreciações	(1.970)	(597)	(597)	(35)	(3.759)	(3.759)	(3.759)
Saldo 31/12/2018 líquido	10.446	4.495	4.495	11.412	25.974	25.974	25.974
Custo	25.301	9.040	9.040	29.087	65.395	65.395	65.395
Depreciação acumulada	(14.855)	(4.412)	(4.412)	(14.017)	(33.284)	(33.284)	(33.284)

8 Ativo Intangível

31.12.2019	Equipamentos de telecomunicações e informáticos		Móveis, máquinas e utensílios		Beneficiárias em imóveis de terceiros		Total
	142.321	207.012	49.794	398.127	398.127	398.127	
Custo	142.321	207.012	49.794	398.127	398.127	398.127	398.127
Amortização acumulada	(55.585)	(103.296)	(30.159)	(189.033)	(189.033)	(189.033)	(189.033)
Saldo 01/01/2019 líquido	86.736	103.716	19.635	209.094	209.094	209.094	209.094
Adições	-	27.121	-	2.079	29.200	29.200	29.200
Baixas	-	(31.753)	-	(4.814)	(36.567)	(36.567)	(36.567)
Amortizações	(6.122)	(8.210)	-	(2.711)	(6.223)	(6.223)	(6.223)
Saldo 31/12/2019 líquido	80.614	107.294	19.635	214.191	202.101	202.101	202.101
Custo	142.321	207.012	49.794	398.127	398.127	398.127	398.127
Amortização acumulada	(61.707)	(95.086)	(30.160)	(189.033)	(189.033)	(189.033)	(189.033)
31.12.2018	142.321	189.115	44.866	356.302	356.302	356.302	356.302
Amortização acumulada	(49.463)	(88.715)	(24.188)	(162.366)	(162.366)	(162.366)	(162.366)
Saldo 01/01/2018 líquido	92.858	100.400	20.678	193.936	193.936	193.936	193.936
Adições	-	38.380	-	3.452	41.832	41.832	41.832
Transferências	-	-	-	(1.493)	(1.493)	(1.493)	(1.493)
Baixas	-	(483)	-	(17)	(500)	(500)	(500)
Amortizações	(6.122)	(10.581)	-	(5.967)	(12.670)	(12.670)	(12.670)
Saldo 31/12/2018 líquido	86.736	103.716	19.635	209.094	202.101	202.101	202.101
Custo	142.321	207.012	49.794	398.127	398.127	398.127	398.127
Amortização acumulada	(55.585)	(103.296)	(30.159)	(189.033)	(189.033)	(189.033)	(189.033)

(1) Comentários sobre base de composição e forma de amortização vide nota explicativa nº 3h.

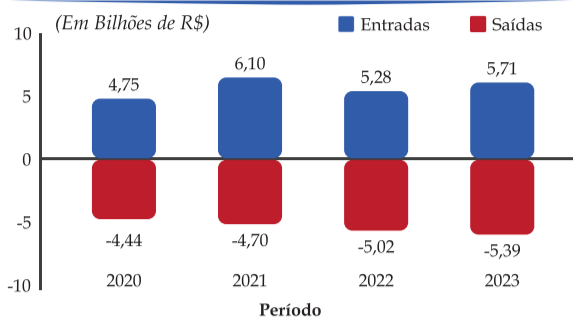
9 Impostos e encargos sociais a recolher

	31.12.2019	31.12.2018
Imposto de renda retido	133.089	130.644
Imposto sobre serviço retido	4.956	4.357
Contribuições previdenciárias	245	1.546
Outros impostos e encargos	1.199	1.148
Total	139.489	137.695

10 Impostos e contribuições

	31.12.2019	31.12.2018
Imposto de renda (*)	336.952	246.676

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - 31 de dezembro de 2019 e 2018 (Em milhares de reais)



c) Risco de subscrição
O risco de subscrição consiste na possibilidade de perdas decorrentes de inadequação da metodologia ou das premissas atuariais adotadas, inclusive falhas na especificação técnica do produto e nas condições de aceitação e de precificação.

A Companhia monitora e avalia a exposição ao risco de subscrição com normas de subscrição que são revisadas periodicamente. Os riscos de mortalidade e morbidade, bem como, seus acúmulos por participantes e segurados são mitigados por meio da contratação de resseguros de excedente de responsabilidade e de catástrofe. O risco de longevidade é monitorado pela Companhia adotando-se, no cálculo das provisões técnicas e no desenho de produtos, premissas atuais de expectativa de vida da população segura e assistida pela Brasilprev.

O risco de resgates é gerenciado via monitoramento frequente da experiência da Brasilprev, tendo sido estabelecido pela Companhia uma diretriz para melhorar, quando for o caso, a retenção de recursos e clientes. As provisões técnicas são calculadas de acordo com as notas técnicas e normas estabelecidas pela SUSEP e pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e são reavaliadas no mínimo anualmente de acordo com a Circular SUSEP nº 517, de 2015 e alterações e auditadas conforme Resolução CNSP nº 321/2015, sendo realizados testes de consistência. O objetivo do teste de consistência é verificar, em uma determinada data, se a provisão constituída é adequada.

Análise de sensibilidade

Os riscos de subscrição aqui considerados são aqueles vinculados à formação do passivo (provisões técnicas) das operações. Os produtos de previdência complementar apresentam como principal risco de negócio a possibilidade de transformação das reservas acumuladas em rendas continuadas. Neste sentido, a escolha dos fatores de risco objetivo sensibilizar hipóteses associadas à expectativa de materialização deste risco, conforme segue:

A hipótese de resgate reflete a expectativa de que os participantes resgatem a reserva acumulada antes de chegarem à data de aposentadoria. Assim, quanto menor o cancelamento, maior a probabilidade de transformação da reserva acumulada em renda continuada.

A hipótese de conversão em renda reflete a expectativa de que os participantes escolham, na data de aposentadoria, pela transformação da reserva acumulada em renda continuada. Assim, quanto maior a conversão em renda, maior o risco associado ao pagamento da renda continuada;

A hipótese de longevidade reflete a expectativa de tempo de pagamento da renda continuada. Assim, quanto maior a sobrevivência, maior o risco associado ao pagamento da renda continuada. A ETJ reflete a estrutura a termo da taxa de juros com a alternativa de extrapolação denominada "Ultimate Forward Rate - UFR" aprovada pela SUSEP e é utilizada para o desconto dos fluxos de caixa realistas, sendo assim, quanto menor a taxa, maior o valor presente dos fluxos.

Fatores de risco	Sensibilidade	Impactos 31.12.2019		Impactos 31.12.2018	
		Patrimônio	Resultado	Patrimônio	Resultado
Resgate	+100 bps	30.383	34.817	30.383	34.817
Resgate	-100 bps	(35.712)	(35.712)	(38.762)	(38.762)
Conversão em renda	+10%	(30.938)	(30.938)	(33.210)	(33.210)
Conversão em renda	-10%	21.054	21.054	34.381	34.381
Longevidade	+ 2,5 bps	(8.007)	(8.007)	(2.283)	(2.283)
Longevidade	- 2,5 bps	1.032	2.148	2.148	1.032
ETJ	+100 bps	995.879	995.879	671.730	671.730
ETJ	-100 bps	(1.338.802)	(1.338.802)	(828.386)	(828.386)

A tabela apresentada acima demonstra as análises de sensibilidade calculadas pela Companhia para as principais premissas utilizadas nos cálculos atuariais dos passivos de contratos de seguro. A coluna "sensibilidade" indica um índice de mudança razoavelmente esperada pela Administração para as premissas selecionadas. As análises de sensibilidade apresentadas pela Companhia foram elaboradas com base na melhor estimativa de mudanças sobre as premissas em um cenário e condições usuais de mercado. Os resultados apontados por essas análises podem diferir substancialmente dos resultados reais obtidos em períodos futuros em decorrência de situações favoráveis ou adversas para a Companhia em seu curso de negócios.

d) Risco de mercado

O risco de mercado consiste na possibilidade de perdas ocasionadas por flutuações não previstas nos preços, indexadores, taxas de juros e prazos de direitos e obrigações, uma vez que as carteiras ativas e passivas podem apresentar descausamentos de prazos e indexadores. Para controle do risco de mercado, a Companhia utiliza o conjunto de métricas mais adequado para cada carteira, fundo ou portfólio. Nos portfólios em que abrangem os produtos P/VGBL, a Companhia utiliza um conjunto de métricas, entre elas VaR, Tracking Error, Duration e análise ad hoc da volatilidade dos fundos da Companhia e da correlância nessas carteiras. Essas métricas são mensuradas, gerenciadas e controladas diariamente, de maneira a garantir que todos os portfólios estejam adequados aos perfis de riscos definidos entre os diferentes produtos, objetivando a otimização da relação risco-retorno. Nos portfólios em que a Companhia oferece garantia de taxa de juros (rendas vitalícias e produtos tradicionais) utiliza um processo estruturado de ALM - Asset & Liabilities Management, no qual são monitorados e controlados os descausamentos de indexadores, de prazo, e de fluxo de caixa, bem como simulações de reinvestimento que levam em conta variações nos cenários econômicos.

Análise de sensibilidade

Adicionalmente, a Companhia utiliza como ferramenta de gestão de risco de mercado o teste de sensibilidade. Os resultados desta análise são utilizados para dimensionar o impacto sobre o resultado dado uma determinada variação de taxa de juros nos portfólios da Companhia, auxiliando no processo de decisão na gestão de ativos e passivos.

Na presente análise de sensibilidade são considerados os seguintes fatores de risco: (i) taxa de juros e (ii) cupons de títulos indexados a índices de inflação (IGP-M e IPCA) em função da relevância dos mesmos nas posições ativas e passivas da Companhia. A definição dos parâmetros quantitativos utilizados na análise de sensibilidade (100 basis points para taxa de juros e para cupons de inflação) teve por base a análise das variações históricas de taxas de juros em período recente e premissa de não alteração das curvas de expectativa de inflação, refletindo em cheque nos respectivos cupons na mesma magnitude da taxa de juros. São considerados somente os ativos classificados na categoria "títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado" e "títulos disponíveis para venda", que estão marcados a mercado de acordo com as metodologias de precificação e de cálculo de risco utilizadas pela Brasilprev. Nesta análise, são considerados todos os planos ativos com exceção dos planos PGBL e VGBL em fase de acumulação. O teste de sensibilidade realizado considera os efeitos isolados de cada fator de risco. A coluna "sensibilidade" indica um índice de mudança considerada possível de ocorrência para as premissas selecionadas. As análises de sensibilidade apresentadas pela Companhia foram elaboradas com base na melhor estimativa de mudanças sobre estas premissas em um cenário e condições usuais de mercado.

A tabela apresenta a mudança esperada destas variáveis e impactos potenciais sobre o resultado do exercício e sobre o patrimônio líquido da Brasilprev:

Fatores de risco	Sensibilidade	Impactos 31.12.2019		Impactos 31.12.2018	
		Patrimônio	Resultado	Patrimônio	Resultado
Taxa de juros (*)	+ 100 bps	(11.477)	(11.477)	(2.648)	(2.648)
Taxa de juros (*)	- 100 bps	11.477	11.477	2.648	2.648
Cupom	+ 100 bps	(109.352)	(109.352)	(37.806)	(37.806)
Cupom	- 100 bps	109.352	109.352	37.806	37.806

(*) O impacto considerado para taxa de juros equivale ao efeito do ajuste na taxa em 100 Bps em 1 (um) dia de rendimento, principalmente por este efeito impactar ativos de liquidez imediata.

e) Risco operacional

O risco operacional consiste na possibilidade de perdas decorrentes de processos inadequados ou deficientes, falhas nos sistemas de tecnologia de informação, erros, fraudes, falhas nas operações, ou eventos externos que causem prejuízos às atividades normais da Companhia ou danos a seus ativos físicos.

Os riscos operacionais mais relevantes ou prioritários, bem como os principais controles e tratamentos e monitorados no processo de gestão de riscos corporativos, com seus respectivos detentores de riscos. Além disso, a Brasilprev possui um processo de captura, classificação e registro de perdas operacionais de acordo com todos os requisitos regulamentares formalizados por meio da Circular SUSEP nº 517/2015.

f) Risco legal

O risco legal consiste na possibilidade de perdas decorrentes da inobservância de aspectos legais que envolvam produtos, contratos firmados e obrigações regulatórias, fiscais, trabalhistas, societárias, comerciais, civis, penais e outras.

Para a gestão do risco legal, o departamento jurídico da Brasilprev, além de atuar como consultoria e assessoria jurídica na elaboração de pareceres, revisão dos contratos e no desenvolvimento de produtos e serviços, faz a gestão do contencioso judicial e administrativo. A Brasilprev pauta sua conduta pelo respeito aos contratos e aos direitos de seus participantes, e dispõe de norma específica de compliance regulatório, por meio da qual a Companhia mantém-se em conformidade com toda a legislação e regulamentação aplicáveis.

19 Transações com partes relacionadas

A Companhia efetua operações com empresas integrantes do grupo financeiro liderado pelo Banco do Brasil S.A. As principais operações com essas empresas compreendem a administração da carteira de aplicações financeiras, cujos valores são registrados em "Despesas administrativas - Serviços de Intermediação" a intermediação na venda de cobertura de sobrevivência e planos de previdência privada, envolvendo o pagamento de comissões, corretagens, agenciamentos, incentivos à venda e remunerações por outros serviços, os quais são registrados nas rubricas "Custos de aquisição".

A Companhia também efetuou no exercício operações com o Principal Financial Group, as quais compreenderam pagamentos a título de licença anual de uso e manutenção de software, reembolsos de convênios de vendas, e licenças e manutenções de sistemas, os quais foram registrados na rubrica "Despesas administrativas". Durante o exercício a Companhia remunerou seus Administradores, os quais são representados pelos Diretores Estatutários e Membros Titulares do Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Comitê de Auditoria.

Os saldos patrimoniais e de resultados decorrentes de transações com essas empresas e com os Administradores estão demonstrados a seguir:

Partes Relacionadas	Ativo		Passivo		Receitas	
	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018	31.12.2019	31.12.2018
Acionistas:						
Grupo Banco do Brasil	14.818	14.443	(1.413)	(609)	(233.914)	(167.150)
Grupo Principal Financial	-	-	(326)	(408)	(1.221)	(1.463)
Ligadas:						
Administradores	-	-	(3.704)	(2.945)	(10.668)	(10.707)
Aliança do Brasil Seguros S.A.	-	-	-	-	-	(28)
BB Administradora de Cartões de Crédito S.A.	-	-	-	-	(9.589)	(9.636)
BB Corretora de Seguros e Adm. de Bens S.A.	20.802	23.384	(15.606)	(6.753)	(522.840)	(395.356)
BB-Banco de Investimentos S.A.	-	-	(10.186)	(9.119)	(122.558)	(112.125)
BB Tecnologia e Serviços S.A.	-	-	-	-	(3.062)	(4.732)
BSTUR Viagens e Turismo Ltda.	-	-	-	-	-	(491)
Brasiliana Operadora de Planos Odontológicos S.A.	-	-	-	-	(36)	(33)
BrasilSeg Companhia de Seguros	-	29	-	-	(637)	(893)
Ciclic Corretora de Seguros S.A.	-	6.505	(512)	-	(4.540)	(16.505)
Companhia Brasileira de Soluções e Serviços	-	-	-	-	-	(564)
Fundação Banco do Brasil	-	-	-	-	-	(545)
Livelo S.A.	-	-	-	-	(7.540)	(5.825)

20 Benefícios a empregados

A Companhia é instituidora do Plano de Aposentadoria "Nosso Brasilprev", que concede complemento de aposentadoria para seus funcionários e diretores. As contribuições no exercício foram de R\$ 1.795 (R\$ 2.928 em 2018). Os benefícios para aposentadoria estão estruturados na modalidade de contribuição definida, e os benefícios de pensão e invalidez no regime financeiro de repatrição de capitais de cobertura. As obrigações de benefícios de curto prazo para empregados são mensuradas e lançadas como despesa à medida que o serviço respectivo é prestado.

21 Outras informações

a) Os créditos tributários classificados no ativo não circulante referem-se a ajustes temporais de imposto de renda calculado à alíquota de 25% e contribuição social à alíquota de 15% sobre as adições temporárias no cálculo dos tributos.

b) Principais produtos atualmente comercializados
A comercialização vigente de produtos de vida com cobertura por sobrevivência (VGBL) e previdência complementar (PGBL) é efetuada principalmente com a tábuca de sobrevivência denominada Experiência do Mercado Segurador Brasileiro (BR-EMS), com 0% de garantia de juros na fase de concessão de benefício, atualização anual do benefício pelo IPCA e 0% de taxa de carregamento.

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Conselheiros e Diretores da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. São Paulo - SP

Opinião
Examinamos as demonstrações financeiras da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2019 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam, adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2019, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, contúlo, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Se concluirmos que a Companhia não tem capacidade de continuar operando, devemos expressar nossa opinião de não continuidade de operações.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 7 de fevereiro de 2020



KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

Fernando Antonio Rodrigues Alfredo
Contador - CRC 1SP252419/O-0

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Conselheiros e Diretores da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. São Paulo - SP

Examinamos as provisões técnicas, e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. ("Companhia"), em 31 de dezembro de 2019, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

Responsabilidade da Administração

A Administração é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos atuários independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante.

Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita a adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Companhia e não abrange uma opinião no que se refere as condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da Companhia para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas registradas nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção acima referidos da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2019 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP.

RESUMO DO RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA

Introdução

O Comitê de Auditoria da Brasilprev Seguros e Previdência S.A. é um órgão estatutário, de assessoramento ao Conselho de Administração, atuando de forma permanente e independente, em conformidade com a Resolução nº 321/2015 do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). É constituído por 3 (três) membros efetivos, eleitos e destituídos pelo Conselho de Administração, com mandatos anuais e renováveis até o máximo de 5 (cinco) anos. As regras de funcionamento do Comitê de Auditoria estão formalmente estabelecidas em Regimento Interno, aprovado pelo Conselho de Administração. Além de outras responsabilidades previstas na legislação, cabe ao Comitê: assessorar o Conselho de Administração no que concerne ao exercício de suas funções de auditoria e fiscalização e manifestar-se sobre a qualidade e integridade das demonstrações financeiras; a efetividade do sistema de controles internos e da Auditoria Interna; a atuação dos auditores externos; as exposições de risco da Companhia e a adequação das transações com partes relacionadas.

Os administradores são responsáveis por elaborar e garantir a integridade das demonstrações contábeis, gerir os riscos, manter sistema de controles internos efetivo e zelar pela conformidade das atividades às normas legais e regulamentares. A Auditoria Interna responde pela realização de trabalhos periódicos, com foco nos principais riscos, avaliando, com independência, as ações de gerenciamento desses riscos e a adequação da governança e dos controles internos.

A KPMG Auditores Independentes é responsável pela auditoria das demonstrações contábeis e a KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda. se responsabiliza pela auditoria atuarial independente.

Principais atividades

O Comitê reuniu-se mensalmente, fez diligências e requisições de documentos e informações junto à Administração, gestores de riscos e controles e aos auditores internos e externos. As atividades desenvolvidas, registradas em atas, cobriram o conjunto de responsabilidades atribuídas ao Comitê. Nessas reuniões abordou, em especial, assuntos relacionados às demonstrações contábeis, ao sistema de controles internos, processos contábeis, contingências, tributários, ambiente regulatório e de gestão de riscos e relativos a transações com partes relacionadas. Nas situações em que identificou

necessidade de melhoria, recomendou aprimoramentos.

Manteve diálogo com as auditorias interna e externa, oportunidades em que apreciou seus planejamentos e conheceu o resultado dos trabalhos, suas conclusões e recomendações. Revisou as demonstrações contábeis, as notas explicativas e o relatório da administração e discutiu com os auditores independentes seus relatórios e apontamentos.

Conclusões

Com base nas atividades desenvolvidas e tendo presente às atribuições e limitações inerentes ao escopo de sua atuação, o Comitê de Auditoria considera que:

- os controles internos da Companhia são adequados ao porte e à complexidade dos negócios e objeto de permanente atenção por parte da Administração;
- a Auditoria Interna desempenha suas funções com independência, objetividade e qualidade;
- a qualidade dos trabalhos e das informações fornecidas pelos auditores externos são satisfatórias e apoiam a opinião do Comitê acerca da integridade das demonstrações financeiras. Não foram identificadas ocorrências que pudessem comprometer a independências dos auditores independentes;
- os processos de gestão de riscos estão em conformidade com os requisitos exigidos pelo regulador;
- as transações com partes relacionadas da Companhia são aprovadas pela Administração, avaliadas e monitoradas por comitês estatutários. Avaliações periódicas e acompanhamento contínuo estão sendo sistematizados, para conferir maior segurança aos processos;
- as demonstrações contábeis apresentam adequadamente, em todos os aspectos, a posição patrimonial e financeira da Companhia, em 31 de dezembro de 2019, de acordo com as normas legais e com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (Susep).

São Paulo (SP), 06 de fevereiro de 2020

Marlos Valeriano Borges - Coordenador

Oswaldo Roberto Nieto - Membro

Luiz Cláudio Ligabue - Membro

Michelle Nicoletti - Secretária

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os Membros do Conselho Fiscal da Brasilprev Seguros e Previdência S.A., reunidos nesta data, depois de examinarem as Demonstrações Financeiras da Companhia, referentes ao exercício de 2019, encerrado em 31 de dezembro de 2019, complementadas pelo Parecer sem ressalvas dos Auditores Externos, KPMG Auditores Independentes e KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda. datado de fevereiro de 2020, bem como aprovado pela Administração da Companhia (Diretoria e Conselho de Administração), encontram-se em condições de serem encaminhadas para deliberação pela Assembleia Geral de Acionistas.